Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 13854/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/19777/2015
PROTOCOLO	: 1648521
ÓRGÃO	: AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL – AGEPREV
JURISDICIONADO	: JORGE OLIVEIRA MARTINS
CARGO DO JURISDICIONADO	: DIRETOR-PRESIDENTE
ASSUNTO DO PROCESSO	: ATO DE CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE, SUB JUDICE
INTERESSADO	: ELSON DE OLIVEIRA MARTINS
ÓRGÃO JULGADOR	: JUÍZO SINGULAR
RELATOR	: CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA.

ATO DE CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE, SUB JUDICE – AMPARO LEGAL: ARTIGO 44, II DA LEI N.º 3.150/05 – ATENDIDOS OS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS – REGISTRO.

Trata o presente processo do exame do ato concessão de *Pensão por Morte, Sub Judice,* ao beneficiário *Elson de Oliveira Martins, CPF/MF n.º 142.504.541-34,* companheiro da ex-segurada aposentada da *Agência de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul,* Senhora *Maria Jaconias de Souza Miranda, CPF/MF n.º 596.171.951-00.*

Após análise da documentação acostada, a Inspetoria de Controle de Atos de Pessoal e o d. Ministério Público de Contas se manifestaram pelo *registro* da concessão da pensão por morte, consoante a análise *ANA-ICEAP-9836/2017* (fls. 98-100) e o r. parecer *PAR-2ªPRC-17833/2017* (fls. 101), entendendo que todos os atos foram realizados em conformidade com os preceitos legais e constitucionais vigentes.

É o relatório.

Verifico que foram cumpridos os pressupostos processuais e regularmente instruídos os autos, nos termos do artigo 112, parágrafo único, II, *"b",* da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

O ato concessório de *Pensão por Morte, Sub Judice,* ao beneficiário *Elson de Oliveira Martins, CPF/MF n.º 142.504.541-34* foi formalizado pelo *Decreto "P" n.º 3.917/2015,* de 13/08/2015, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul n.º 8.989, de 21/08/2015 (fls. 16), com amparo legal no art. 44, II da Lei nº 3.150/2005.

Referido ato cumpriu decisão proferida nos autos da Apelação Cível n.º 0005351-24.2012.8.12.0001 (Processo n.° 13.502880/2014).

Após apreciação dos autos, a Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal sugere o *registro* desta pensão por morte, nos seguintes termos, *in verbis:*

> "*Face ao exposto, esta Inspetoria conclui a instrução processual sugerindo o REGISTRO da concessão da Pensão*." (fls. 99)

Instado a se manifestar, o d. Ministério Público de Contas acolhe o posicionamento da Equipe Técnica e pugna pelo *registro* do ato, *in verbis* - (fls. 101):

> "*Pelo exame do feito, denota-se que foram cumpridas as exigências preconizadas nas normas constitucionais, legais e regimentais desta Corte, razão pela qual este Ministério Público de Contas, acompanhando o entendimento técnico supra e com fulcro no inciso I, artigo 18 c/c o inciso II, artigo 34, ambos da Lei Complementar Estadual sob o n. 160/2012, pronuncia-se pelo registro do ato de pessoal em apreço*."

Analisando os autos, vejo que assiste razão ao eminente Procurador de Contas, porquanto, de fato, o ato de concessão de Pensão por Morte em epígrafe foi realizado em consonância com os ditames constitucionais, legais e regimentais, sendo, portanto, passível de registro.

Mediante o exposto e, acolhendo o r. Parecer exarado pelo douto Ministério Público de Contas, aprecio com fundamento no art. 10, I c/c o art. 70 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013 e artigos 21, III e 34, II da Lei Complementar n.º 160/12,

DECIDO:

1 - Pelo **REGISTRO** do Ato de Concessão de Pensão por Morte, Sub Judice, com fundamento no art. 44, II da Lei nº 3.150/ 2005, relativamente ao beneficiário abaixo relacionado:

BENEFICIÁRIO	**EX-SEGURADA**
Elson de Oliveira Martins CPF/MF n.º 142.504.541-34 Grau de Parentesco: companheiro Proc. de Pensão por Morte n.º 13/502880/2014	Maria Jaconias de Souza Miranda CPF/MF n.º 596.171.951-00 Cargo: Auxiliar de Merendeira Matrícula: 2677081

2 – pelo **retorno** dos autos à Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal para as providências regimentais, nos termos do artigo174, § 2º do Regimento Interno;

3 - Pela **intimação** dos interessados acerca do resultado deste julgamento, em conformidade com o artigo 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012, cc. os artigos 70, § 2º e 99 do Regimento Interno.

É a decisão.

Campo Grande - MS, 26 de setembro de 2017.

Cons. Iran Coelho das Neves
Relator